

A BOA VONTADE E O DEVER NA GÊNESE DA FUNDAMENTAÇÃO MORAL DE KANT

Gefferson Silva da Silveira

Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

RESUMO

Este trabalho pretende analisar os conceitos de boa vontade e dever expostos por Kant na Primeira Seção da sua *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Parte-se da tese kantiana de que a boa vontade é boa em si mesma, sem estar ligada a qualquer finalidade. Ou seja, a boa vontade é boa incondicionalmente. Com o intuito de esclarecer o conceito de boa vontade Kant introduz o conceito de dever, que para os seres racionais finitos, no caso, o ser humano, apresenta-se como condição de uma boa vontade, isto é, de uma ação incondicionalmente boa. Enfatiza-se que somente são ações morais aquelas realizadas exclusivamente *por dever*, livres de qualquer tipo de inclinação empírica. Acerca do dever, procura-se esclarecer as três proposições de Kant, destacando o caráter proeminente da razão no agir moral. Na conclusão, defende-se que os conceitos de boa vontade e dever são pressupostos necessários para o intento kantiano de uma fundamentação da moralidade, possibilitando a formulação do imperativo categórico.

Palavras-chave: Kant; Boa vontade; Dever; Moralidade.

ABSTRACT

This study aims to examine the concepts of good will and duty exposed in the First Section Kant's Groundwork of the Metaphysics of Morals. It starts with the Kantian thesis that the good will is good in itself, without being linked to any end. In other words, the good will is unconditionally good. In order to clarify the concept of a good will Kant introduces the concept of duty, which for finite rational beings, in this case humans, it presents as condition of a good will, that is, of an action unconditionally good. It is emphasized that moral actions only are those performed exclusively for duty, free of any kind of empirical limitation. About duty, seeks to clarify the three Kant's propositions, highlighting the outstanding character of reason in moral action. In conclusion, it is argued that the concepts of good will and duty are prerequisites for the Kantian intent of a grounds of morality, enabling the formulation of the categorical imperative.

Keywords: Kant; Good will; Duty; Morality.

A teoria moral de Immanuel Kant (1724-1804), no período crítico, é inaugurada com a sua *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*¹. Com essa obra, Kant pretende expor sistematicamente os elementos fundamentais que estruturam sua filosofia moral, tendo como objetivo principal, conforme atesta o prefácio, a *busca e fixação* do princípio supremo da moralidade (*FMC*, BA XV). Para isso, na parte analítica² da obra, começa por extrair o ponto

¹ A *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, publicada em abril de 1785, é a primeira obra de Kant dedicada inteiramente à filosofia prática. Doravante, sempre que referida, simplesmente a sigla *FMC*, seguida da paginação original da segunda edição de Riga (1786).

² A *FMC* é composta de três seções, nas duas primeiras, pelo uso do método analítico, Kant descobre o princípio supremo da moralidade, na última, pelo método sintético, pretende verificar como tal princípio é possível.

de vista moral do homem comum, investigando suas condições e justificabilidade³. Dito de outro modo, Kant visa estabelecer, a partir do conhecimento moral do comum senso humano, o único princípio prático que possa justificar a moralidade⁴.

Na primeira parte do texto, enquanto estabelece a passagem do conhecimento comum acerca da moralidade para um conhecimento filosófico, são analisados alguns conceitos fundamentais para a descoberta do princípio moral, a saber, os conceitos de *boa vontade* e *dever*. O intuito de Kant é apresentar uma filosofia moral pura, separada de tudo que é empírico, uma teoria que possa valer para seres racionais em geral. Nesse sentido, a boa vontade e o dever tem a tarefa, justamente, de auxiliar na separação entre os princípios puros e empíricos da ação moral. A análise de tais conceitos acaba conduzindo Kant à formulação do *imperativo categórico* na Segunda Seção.

A *FMC* começa com a famosa afirmação: “neste mundo, e até também fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade” (BA 1). Esta declaração kantiana é muito citada e, por isso, bastante conhecida. Contudo, o que quer significar não é assim tão evidente. Daí, a necessidade de uma análise que tire um pouco a vagueza da afirmação, concentrando seus propósitos em esclarecer três coisas: i) o que se entende por ‘boa vontade’, ii) o que se entende por ‘bom sem limitação’, e iii) qual a relação entre ‘boa vontade’ e ‘dever’ no contexto da referida obra de Kant⁵.

Kant define a boa vontade como a única coisa que é boa sem limitação. Com isso, ele quer dizer que a bondade da boa vontade não está restrita a nenhuma condição⁶. A boa vontade apresenta-se, assim, como *incondicionalmente* boa. Kant afirma, ainda, que “a boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão somente pelo querer, isto é, em si mesma” (*FMC*, BA 3). Ou seja, a bondade da boa vontade não se deve à sua adequação para efetivar um determinado fim, mas independentemente daquilo que possa realizar tem pleno valor em si mesma. Pode-se dizer que a incondicionalidade de uma vontade boa é algo intrínseco a ela mesma.

³ Segundo Körner, o que Kant faz nada mais é do que aquilo que antes dele fez Sócrates (KÖRNER, 1981, p. 119).

⁴ Kant pretende uma ciência da ética, mas para isso não se pode simplesmente tirar definições universais a partir da observação do comportamento humano em questões morais, é preciso sim, dados os juízos, verificar os princípios que o determinam, ou seja, descobrir e revelar a razão prática nas ações humanas.

⁵ As duas primeiras questões são proposta na análise feita por Paton do significado do conceito kantiano de boa vontade (PATON, 1947, p. 34).

⁶ Para Höffe, “o simplesmente bom é, a partir de seu conceito, isento de toda condição limitante, portanto incondicionado, ele é bom em si e sem ulterior objetivo” (HÖFFE, 2005, p. 191).

Ao afirmar que a boa vontade é incondicionalmente boa, Kant não nega a existência de outras coisas que podem ser consideradas boas. Há muitas outras coisas que podem ser qualificadas como boas e desejáveis⁷. No entanto, não são boas no mesmo sentido em que é a boa vontade. Para que estas outras coisas possam ser tratadas como boas de fato, faz-se necessário uma boa vontade que corrija-lhes a influência sobre o agir. Por exemplo: os dons naturais como os talentos do espírito (discernimento, capacidade de julgar, argúcia de espírito) e as qualidades do temperamento (coragem, decisão, constância de propósito) são coisas boas, mas estão restritas a determinadas condições. Assim, também, os dons da fortuna (poder, riqueza, honra, saúde, bem-estar e contentamento), ou seja, tudo aquilo que concorre à felicidade, são coisas boas e desejáveis, mas podem se tornar más e prejudiciais se não lhes acompanhar uma boa vontade.

Com isso, Kant deixa claro que somente uma boa vontade, enquanto boa em si mesma, pode ser considerada o *sumo bem* e a condição da bondade dos outros bens. Enquanto a boa vontade é um bem incondicional e absoluto, os outros bens apresentam-se sempre como condicionados e relativos. Apenas uma boa vontade é boa em qualquer contexto que possa ser encontrada. Já as coisas que são boas condicionadamente sem o auxílio de uma boa vontade podem tornar-se extremamente más. Entretanto, uma boa vontade não é boa num contexto e má num outro, pois sua bondade não está relacionada a uma dada condição, fim ou desejo. A bondade de uma boa vontade precisa ser inferida da diferença entre esta e uma vontade empiricamente condicionada.

A boa vontade, considerada em si mesma, caracteriza-se como vontade pura. Este tipo de vontade apresenta-se como um produto da razão. Pois, se a razão⁸ foi dada aos seres racionais finitos “como faculdade prática que deve exercer influência sobre a *vontade*, então o seu verdadeiro destino deverá ser produzir uma *vontade*, não só *boa* quiçá como *meio* para outra intenção, mas uma *vontade boa em si mesma*” (FMC, BA 7). Enquanto a razão, como razão prática pura, tem a tarefa de produzir uma boa vontade, esta tem o propósito de “não [ser] na verdade o único bem, nem o bem total, mas [...] o [*sumo bem*]⁹ e a condição de tudo o

⁷ Rawls mostra que as coisas que são boas, não em si mesmas, mas apenas como condições, se dividem em dois grupos, num estão as características pessoais e no outro as coisas desejadas por nossas inclinações (RAWLS, 1995, p. 177).

⁸ Neste sentido, Kant está reivindicando um *uso prático puro* para a razão que não se funda na mera faculdade de desejar e buscar a felicidade. No que diz respeito às ações humanas a razão é sempre prática, entretanto, há dois modos distintos de se fazer uso dela: razão prática empiricamente condicionada, que busca satisfazer os desejos e as inclinações sensíveis; e razão prática pura, a única possibilidade para a moralidade.

⁹ P. Quintela traduz *das höchste Gut* por “o bem supremo”, prefere-se aqui seguir V. Rohden e adotar “o sumo bem”. Cf. a respeito da tradução do termo a nota na tradução da *Crítica da Razão Prática* (KANT, 2008, p.180).

mais, mesmo de toda aspiração da felicidade¹⁰” (*Ibidem*). Nota-se, assim, que a noção de boa vontade está vinculada à razão, caracterizada como vontade pura capaz de interessar-se pelos princípios da razão prática pura. Consoante a isso, identifica-se a possibilidade da razão prática pura poder efetivamente determinar a vontade de seres racionais finitos independentemente das inclinações e desejos naturais e direcioná-la a seu objeto *a priori*, o sumo bem.

À primeira vista, parece que uma vontade incondicionalmente boa não seja possível para seres racionais finitos, na medida em que as máximas de suas ações não são necessariamente conformes à razão, mas sofrem inclinações da sensibilidade. Entretanto, não é impossível *pensar* uma ação onde a razão determine a vontade, independentemente de qualquer inclinação, por meio de leis objetivas, já que todo ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação de leis. Nesse sentido, em se tratando de seres racionais finitos, uma ação desse tipo caracteriza-se como *obrigatória* e expressa a relação entre uma vontade suscetível de inclinação e uma vontade conforme à razão.

O que agora nos interessa é saber como a razão, enquanto faculdade prática, pode produzir uma vontade boa em si mesma. Aqui, abre-se uma nova perspectiva na investigação moral de Kant, pois em vista de desenvolver e esclarecer o conceito de boa vontade, enquanto boa em si mesma, acaba introduzindo na sua análise o conceito de *dever* que contém em si o de boa vontade, de modo que pelo dever a boa vontade pode “ressaltar por contraste e brilhar com luz mais clara” (*FMC*, BA 8). Com a noção de dever Kant quer assegurar que o ser humano pode ser efetivamente um ser moral¹¹.

Para esclarecer em que medida o conceito de dever contém em si o de boa vontade é preciso mostrar a diferença entre ser racional perfeito e ser racional finito, aquele como detentor de uma vontade santa e este de uma vontade suscetível de inclinação¹². Um ser racional perfeito agiria seriam sempre pelo princípio de uma boa vontade, e a lei moral seria uma necessidade tanto objetiva como subjetiva. Mas, seres racionais finitos, tendo em vista

¹⁰ Na *Crítica da Razão Pura* (*CRP*) Kant distingue lei pragmática, que tem por motivo a *felicidade*, e lei moral, que se constitui como aquela que não tem outro motivo que indicar como se pode *tornar-se digno da felicidade*. A primeira funda-se em princípios empíricos e a segunda considera apenas a liberdade dos seres racionais em geral (*CRP*, B 834). Na sua teoria moral, Kant não está preocupado com o que se deve fazer para desfrutar da felicidade, mas primeiro, como se deve agir para efetivamente ser merecedor da felicidade. Não obstante, não quer com isso condenar a busca natural pela felicidade, mas para o seu propósito de fundamentar a ética como ciência qualquer motivo empírico deve ser deixado de lado. Ou seja, a busca natural pela felicidade não é considerada por Kant como suficiente para a fundamentação de um princípio moral. Nesse sentido, a boa vontade não tem necessariamente que realizar a felicidade, mas unicamente fazer com que se aja segundo os princípios da razão prática pura.

¹¹ Segundo Höffe (2005, p. 193), “o dever é a moralidade na forma do mandamento, do desafio, do imperativo”.

¹² Nodari caracteriza a vontade de seres racionais finitos como vontade formal (NODARI, 2009, p. 165).

suas condições subjetivas, certas particularidades, limitações, inclinações, desejos próprios, não possuem uma boa vontade na base da sua conduta moral, nesse caso, a lei moral é apenas objetivamente necessária, e é preciso a noção de dever para a possibilidade efetiva de uma boa vontade, bem como da moralidade¹³. Neste sentido, o dever que até então a razão comum reconhecia como dever moral, para que realmente caracterize-se como tal, precisa ordenar incondicionalmente, isto é, independentemente de inclinações e desejos.

Segundo Kant, quando se usa a noção de dever, antes mesmo de tratá-la de maneira filosófica, distingue-se três modos pelos quais o senso comum é capaz de identificar as ações, a saber: *contrárias ao dever*, *conformes ao dever* e *por dever* (*FMC*, BA 8-9). As ações contrárias ao dever jamais podem ser consideradas ações morais, pois se encontram em contradição com algo fundamental da concepção moral kantiana. Já as ações conformes ao dever não apresentam nada contrário ao dever, só descobrindo a intenção com que foram praticadas e que se pode classificá-las. Há pelo menos duas maneiras pelas quais ações conformes ao dever são praticadas: por interesses egoístas¹⁴ e por inclinação imediata¹⁵. Tais ações não são essencialmente morais, ficam apenas no âmbito da legalidade¹⁶. Desse modo, agir em conformidade com o dever não significa agir por dever. Para ter verdadeiro valor moral não basta que uma ação seja conforme ao dever, mas sim por dever, sendo uma ação livre de todas as contingências empíricas.

A distinção feita por Kant tem o propósito de aclarar a noção de dever, e é com esse intuito que se estabelece uma primeira proposição para definir dever moral: somente numa ação praticada simplesmente por dever, sem qualquer inclinação, pode residir autêntico valor moral (*FMC*, BA 11). A simples conformidade ao dever, embora revele uma correção moral, não é moralidade¹⁷. Desse modo, numa ação conforme ao dever não é possível verificar uma boa vontade, pois não é uma ação incondicionalmente boa. A moralidade consiste numa ação em que a vontade não está determinada por nenhuma inclinação imediata, mas apenas pelo dever. E é nesse sentido, segundo Kant, que se deve entender o amor ao próximo dos cristãos,

¹³ O dever como mandamento ou obrigação só tem sentido para os seres humanos, pois estes não possuem de antemão uma vontade absolutamente boa.

¹⁴ Age assim o comerciante que não sobe o preço para um cliente inexperiente, nem mesmo quando o movimento do negócio aumenta, mas mantém um preço fixo para todos, em qualquer situação, por receio de perder seus clientes (*FMC*, BA 9).

¹⁵ Agem assim aqueles que sem nenhum motivo de vaidade ou interesse, mas apenas por simpatia, se colocam a serviço dos outros mais necessitados, ajudando-os (*FMC*, BA 10).

¹⁶ Segundo Höffe (2005, p. 192), a distinção feita por Kant entre ação por dever (genuinamente moral) e ação em conformidade com o dever (meramente legal) acabam por distinguir o lado pessoal e o lado institucional da práxis humana, embora a ênfase, na *FMC*, esteja sobre o lado pessoal.

¹⁷ Para Höffe (*Ibidem*, p.194), a moralidade “depende de fundamentos determinantes a partir dos quais se cumpre o dever”.

“pois que o amor enquanto inclinação não pode ser ordenado, mas o bem-fazer por dever, mesmo que a isso não sejamos levados por nenhuma inclinação e até se oponha a ele uma aversão natural e invencível, é amor *prático* e não *patológico*” (FMC, BA 13). Nesse caso, não é a inclinação ao amor que determina a ação, mas a existência de uma lei que ordena que a ação seja cumprida por dever.

Nesse contexto surge a segunda proposição de Kant: “uma ação praticada por dever tem o seu valor moral, *não no propósito* que com ela se quer atingir, mas na máxima que a determina” (FMC, BA 13). Isso significa dizer que uma ação abstraído-se de todos os objetos que possam lhe inclinar, funda-se apenas no *princípio do querer*. Para Kant, a vontade situa-se entre seu princípio *a priori* (que é formal) e o seu móbil *a posteriori* (que é material). Numa ação praticada por dever, já que é independente de toda inclinação e desejo, é extraído da vontade todo o seu princípio material, entretanto, ela precisa ser determinada por alguma coisa, logo, somente o seu princípio formal do querer pode determiná-la, neste princípio da vontade é o lugar onde reside o valor moral de uma ação. Dado que a moralidade não consiste na simples conformidade com o dever, ela não pode ser constatada a partir das ações mesmas, mas somente a partir de seu fundamento determinante, o querer.

Desse modo, Kant apresenta a terceira proposição: “*dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei*” (FMC, BA 14). Uma ação praticada por respeito à lei constitui-se um fim em si mesmo e não um meio para obter uma recompensa qualquer. Isso acaba por evidenciar o caráter moral das ações, ou seja, que o ser humano só age moralmente se agir por dever, por respeito à lei moral e não em relação a um efeito esperado das ações. Numa ação que espera um efeito, se encontra apenas inclinação e não respeito. Um objeto de respeito só pode ser encontrado naquilo que anula a inclinação excluindo-a do cálculo na escolha. Uma ação por dever elimina a influência das inclinações, abrindo a possibilidade da vontade ser determinada (objetiva e subjetivamente) unicamente por uma lei prática e, por conseguinte, por uma máxima¹⁸ que manda obedecer a essa lei.

Segundo Kant, somente a representação da lei em si mesma, e não o efeito esperado, é que pode determinar a vontade e constituir uma ação moral. A representação da lei moral só se realiza no ser racional, e, a moralidade se encontra na pessoa que age segundo essa lei. Entretanto, Kant mesmo se pergunta, que lei é essa “cuja representação, mesmo sem tomar em consideração o efeito que dela se espera, tem de determinar a vontade para que esta se possa chamar boa absolutamente e sem restrição?” (FMC, BA 17). Ora, se a vontade foi despojada

¹⁸ Segundo Kant, a máxima é o princípio subjetivo do querer e a lei prática o princípio objetivo. Para que a máxima possa ser moral é preciso que ela concorde plenamente com a lei moral (FMC, BA 15).

de tudo aquilo que lhe poderia servir de inclinação, só lhe resta uma lei das ações em geral que lhe sirva de princípio. Segundo Kant, tal princípio pode ser assim expresso: “devo proceder sempre de maneira que *eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal*” (*Ibidem*). Essa lei, além de servir de princípio para a vontade, é indispensável para que o dever moral não seja considerado uma mera ilusão ou um conceito quimérico. Assim, a necessidade das ações por puro respeito às leis práticas constituem o dever moral como a “condição de uma vontade boa em si, cujo valor é superior a tudo” (*FMC*, BA 20).

Segundo a análise kantiana, o ser humano comum sabe muito bem o que deve fazer para que seu querer seja moralmente bom. Sabe, também, distinguir perfeitamente o que é bom do que é mal, o que é contrário ao dever do que lhe é conforme. Basta, para isso, que tenha o princípio determinante da vontade como bússola na mão. Não obstante, faz parte da vontade do ser humano a resistência das inclinações à lei moral. Por isso, para Kant, a bondade da vontade para os seres humanos deve tomar a forma do agir por dever e o motivo do dever é, portanto, uma parte da vida moral. Nesse sentido, agir por dever enquanto necessidade de uma ação por respeito à lei, acaba por revelar a fórmula do princípio supremo da moralidade.

Kant observa que “tudo na natureza age segundo leis” (*FMC*, BA 36). Entretanto, somente os seres racionais agem segundo leis das quais eles mesmos são autores. Pois, tais seres possuem uma vontade que tem a capacidade de ser causa da própria ação. Uma vontade perfeitamente boa agiria sempre em conformidade com a razão, isto é, obedeceria as leis racionais sem precisar ser obrigada. Mas, nos seres racionais finitos a vontade não é perfeita, não é capaz de determinar sempre a ação, pois sofre influência da sensibilidade, então, as ações que a lei moral prescreve como necessárias constituem uma obrigação. A representação de um princípio objetivo que obriga uma vontade condicionada subjetivamente é um mandamento da razão e sua fórmula chama-se *imperativo*. Os imperativos se expressam como um dever, e revelam “a relação de uma lei objetiva da razão pura para uma vontade que segundo a sua constituição subjetiva não é por ela necessariamente determinada” (*FMC*, BA 37).

Os imperativos podem ser *hipotéticos* ou *categóricos*. Imperativos hipotéticos são aqueles que revelam uma ação boa como meio para algo. Repousam no princípio analítico: “quem quer o fim quer também o meio indispensavelmente necessário para o alcançar” (*FMC*, BA 44-5). Todavia, tais tipos de imperativos não podem ser levados em conta na empresa kantiana de estabelecer o princípio supremo da moralidade. Em contrapartida, o imperativo categórico manifesta-se por meio de leis práticas, que estabelecem ações boas em

si mesmas, sem relação com qualquer outra finalidade. Por exemplo: dizer a verdade é uma ação boa em si mesma, ainda que o fato de mentir não ocasione nenhum mal ou vergonha (*FMC*, BA 89). Este imperativo não está subordinado a nenhum fim empírico. Assim, a ordem dada pela razão não pode ser ligada analiticamente a um fim visado, simplesmente porque esse fim não existe. Além do mais, este imperativo estabelece uma ligação sintética entre a vontade e a lei, e, esta ligação deve ser *a priori*, pois nada de empírico pode servir para justificar o princípio da moralidade.

O imperativo categórico preenche a condição necessária para levar a cabo a tarefa kantiana de estabelecimento de um princípio fundante da moralidade. Pois, ele revela a universalidade de uma lei à qual a máxima da ação é conforme, isto é, que o princípio subjetivo (máxima) pelo qual se determina o agir é idêntico ao princípio objetivo (lei) que determinaria o agir de qualquer ser racional. Segundo Kant, o imperativo categórico é um só e sua fórmula geral é a seguinte: “age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (*FMC*, BA 52). Neste sentido, uma ação só é moral se sua máxima puder ser convertida em lei universal. Quando se transgride um dever não se pode querer que a máxima da ação se torne lei universal, mas deve-se ter consciência de que se está abrindo uma exceção em favor próprio, apenas para si mesmo e apenas naquela situação. Assim, o imoral caracteriza-se pelo fato de se ceder às inclinações e desejos, mesmo sabendo que não se deveria ceder.

O imperativo categórico aparece como o resultado da análise kantiana do conceito de moralidade expresso pelo conhecimento comum humano. Como os seres racionais finitos não agem necessariamente de modo moral, logo, a moralidade se apresenta para eles como um dever-ser. Tal imperativo, enquanto critério supremo de ajuizamento moral, não mostra simplesmente em que consiste as obrigações morais, mas, antes, exorta o ser racional finito a agir de determinado modo, incondicionalmente¹⁹. Neste contexto, o problema que se apresenta para Kant refere-se à questão da possibilidade efetiva do imperativo categórico, ou seja, como justificar a validade objetiva, necessária e universal de um princípio do qual possam ser derivados todos os deveres morais. Essa é a matéria de investigação da Terceira Seção da *FMC*. Por ora, pode-se concluir dizendo que a análise dos conceitos de boa vontade e dever na Primeira Seção da *FMC* pode ser vista como uma estratégia retórica para a derivação do princípio da moralidade do entendimento moral comum na Segunda Seção. Ao

¹⁹ Segundo Höffe (2005, p. 197), isso é expresso pelo modo mesmo como a fórmula do imperativo categórico inicia-se, com um “age”, sem condições, para só depois dizer que a ação moral consiste em máximas universalizáveis.

mesmo tempo, percebe-se que é a partir da formulação do princípio moral que se tem subsídios fortes para uma melhor compreensão do que seja a boa vontade e o dever e quais são os papéis desempenhados por estes conceitos no interior da fundamentação da moralidade kantiana.

Referências bibliográficas

HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant*. Trad. Christian Viktor Hamm e Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2008.

_____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KÖRNER, Stephan. *Kant*. Version espanhola de Ignacio Zapata Tellechea. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

NODARI, Paulo Cezar. *A teoria dos dois mundos e o conceito de liberdade em Kant*. Caxias do Sul: Educs, 2009.

PATON, H. J. *The categorical imperative: a study in Kant's moral philosophy*. London; New York: Hutchinson, 1947.

RAWLS, John. *História da filosofia moral*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WOOD, Allen. A boa vontade. *Studia Kantiana*, Revista da Sociedade Kant Brasileira, Traduzido por Vera Cristina de Andrade Bueno, Santa Maria, v.8, 2008, p.7-40.